

Síntese do Informe:

A quinzena contou com o lançamento de um novo relatório da Organização Mundial da Saúde com estimativas globais sobre infertilidade. Ele mostra que uma em cada seis pessoas são afetadas pela infertilidade globalmente.

A UNICEF discutiu a insegurança nas escolas e universidades em locais de conflito armado e relembra a Declaração de Escolas Seguras, endossada por 117 estados-membros.

Saúde de Mulheres e Crianças: estimativas globais sobre a infertilidade e a educação sob ataque

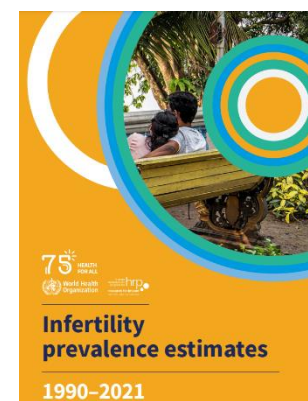
Maria Teresa Rossetti Massari

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Karinne Marieta Carvalho

Organização Mundial da Saúde - Relatório: Prevalência Estimada de Infertilidade (1990-2021)

A infertilidade é uma doença do sistema reprodutor masculino ou feminino definida pela incapacidade de conseguir uma gravidez após 12 meses ou mais de relações sexuais regulares desprotegidas.



Causas da infertilidade

A infertilidade pode ser causada por diferentes fatores, tanto no sistema reprodutor masculino quanto no feminino. No entanto, às vezes não é possível explicar sua causa.

Nas mulheres, a infertilidade pode ser causada por:

- distúrbios tubários, como obstrução das trompas de falópio, podendo ter como causa primária infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) não tratadas, complicações de aborto inseguro, sepse pós-parto ou cirurgia abdominal/pélvica;
- distúrbios uterinos que podem ser de natureza inflamatória (como a endometriose), de natureza congênita (como o útero septado) ou de natureza benigna (como os miomas);

- distúrbios dos ovários, como síndrome do ovário policístico e outros distúrbios foliculares;
- distúrbios do sistema endócrino causando desequilíbrio de hormônios reprodutivos.

Nos homens, a infertilidade pode ser causada por:

- obstrução do trato reprodutivo que causam disfuncionalidades na ejeção do sêmen (geralmente causados por lesões ou infecções do trato genital);
- distúrbios hormonais que levam a anormalidades nos hormônios como a testosterona;
- falha testicular em produzir esperma, por exemplo devido a varicoceles ou tratamentos médicos (como a quimioterapia);
- função e qualidade anormais do esperma. Condições ou situações que causam forma anormal (morfologia) e movimento (motilidade) do esperma afetam negativamente a fertilidade. Por exemplo, o uso de esteróides anabolizantes pode causar parâmetros anormais do sêmen.

Fatores de estilo de vida, como tabagismo, ingestão excessiva de álcool e obesidade, podem afetar a fertilidade. Além disso, a exposição a poluentes e toxinas ambientais pode ser diretamente tóxica para os gametas (óvulos e espermatozoides), resultando em sua diminuição em número e baixa qualidade.

A importância relativa dessas causas de infertilidade pode diferir de país para país, por exemplo, devido a diferenças na prevalência de antecedentes de ISTs ou a diferentes realidades e exposições das populações estudadas.

Direitos Reprodutivos

Todo ser humano tem direito ao mais alto padrão atingível de saúde física e mental. Indivíduos e casais têm o direito de decidir o número, tempo e espaçamento de seus filhos. A infertilidade pode negar a realização desses direitos humanos essenciais. Abordar a infertilidade é, portanto, uma parte importante da realização do direito dos indivíduos e casais de fundar uma família.

Uma grande variedade de pessoas, incluindo casais heterossexuais, parceiros do mesmo sexo, idosos, indivíduos que não estão em relações sexuais e aqueles com certas condições médicas, como alguns casais sorodiscordantes para HIV e sobreviventes de câncer, podem precisar de serviços de saúde para controle da fertilidade e também infertilidade. Desigualdades e disparidades no acesso a estes serviços afetam negativamente os mais pobres, solteiros, com menor grau de instrução, desempregados e outras populações marginalizadas.

Abordar a infertilidade também pode mitigar a desigualdade de gênero. Embora homens e mulheres possam experimentar infertilidade, as mulheres em um relacionamento com um homem são muitas vezes percebidas como sofrendo de infertilidade, independentemente de serem inférteis ou não. A infertilidade tem impactos sociais negativos significativos na vida de casais inférteis e particularmente das mulheres, que frequentemente

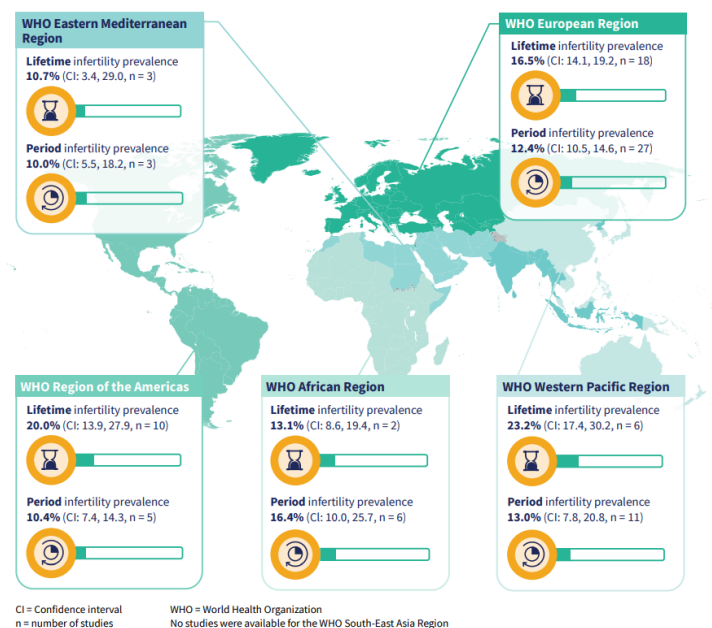
vivenciam violência, divórcio, estigma social, estresse emocional, depressão, ansiedade e baixa autoestima.

Estimativas regionais de prevalência de infertilidade

Existe alguma variação na prevalência de infertilidade entre as regiões, mas lacunas de dados e intervalos de confiança sobrepostos significam que as diferenças regionais identificadas nesta análise podem não ser significativas ou mesmo conclusivas. Algumas regiões tiveram poucos estudos com estimativas de prevalência relevantes, e nenhum estudo foi identificado na Região do Sudeste Asiático.

Os dados disponíveis indicam que a prevalência de infertilidade estimada ao longo da vida é maior na região do Pacífico Ocidental (23,2%) e a mais baixa na Região do Mediterrâneo Oriental da (10,7%). A prevalência estimada de infertilidade no período é mais alta na Região Africana (16,4%) e menor no Mediterrâneo Oriental (10,0%). O relatório aponta ainda que os intervalos de confiança para essas estimativas se sobrepõem, sugerindo que as diferenças observadas podem não ser substanciais ou conclusivas.

Figura - Estimativas regionais de prevalência de infertilidade



Fonte: WHO, 2023.

Prevalência de infertilidade ao longo da vida (*lifetime infertility prevalence*) - definida como a proporção da população que já experimentou infertilidade ao longo de sua vida.

Prevalência de infertilidade do período (*period infertility prevalence*) - definida como a proporção de um população com infertilidade em um determinado ponto ou intervalo no tempo, que pode ser atual ou passado.

Desafios para as Políticas Públicas

Disponibilidade, acesso e qualidade das intervenções para tratar a infertilidade continuam sendo um desafio na maioria dos países. O diagnóstico e o tratamento da infertilidade muitas vezes não são priorizados pelas políticas nacionais e nas estratégias de saúde reprodutiva e raramente são cobertos pelo financiamento da saúde pública. Além disso, a falta de pessoal treinado, de equipamento e infraestrutura necessários, e o alto custo dos medicamentos para o tratamento, são grandes barreiras mesmo para os países que estão atendendo ativamente às necessidades das pessoas com infertilidade.

Embora as tecnologias de reprodução assistida estejam disponíveis há mais de três décadas, com mais de 5 milhões de crianças nascidas em todo o mundo, essas tecnologias ainda estão indisponíveis e inacessíveis em muitas partes do mundo, particularmente em países de baixa e média renda.

As políticas governamentais são essenciais para mitigar as muitas desigualdades no acesso a cuidados para infertilidade que sejam seguros e eficazes. É importante que elas reconheçam que a infertilidade é uma doença que muitas vezes pode ser evitada, reduzindo assim a necessidade de tratamentos caros e pouco acessíveis. Cabe à elas incorporar conscientização sobre infertilidade em programas nacionais que abranjam educação sexual, estilos de vida saudáveis para reduzir riscos comportamentais, incluindo prevenção, diagnóstico e tratamento precoce de ISTs, prevenção de complicações do aborto inseguro, sepse pós-parto e cirurgia abdominal/pélvica. Também é importante considerar as toxinas ambientais associadas à infertilidade.

As leis e políticas são essenciais para garantir o acesso universal sem discriminação ao tratamento da infertilidade e para proteger e promover os direitos humanos de todas as partes envolvidas. Uma vez implementadas as políticas de fertilidade devem ser monitoradas e a qualidade dos serviços deve ser continuamente melhorada.

Compreender a magnitude da infertilidade é fundamental para o desenvolvimento de intervenções apropriadas, para monitorar o acesso a cuidados de fertilidade de qualidade e para mitigar os fatores de risco e as consequências da infertilidade.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#). Para acessar a notícia e o fact sheet sobre infertilidade da OMS, [clique aqui](#) e [clique aqui](#). Para outras informações sobre infertilidade, acesse o Portal de Boas Práticas do IFF/Fiocruz ([clique aqui](#)).

UNICEF - Crianças sob Ataque e a Declaração de Escolas Seguras

Os ataques às crianças continuam inabaláveis. A natureza prolongada dos conflitos atuais está afetando o futuro de gerações inteiras de crianças uma vez que as partes em conflito

desrespeitam sua proteção. Sem acesso à educação, uma geração de crianças vivendo em conflitos crescerá sem as habilidades necessárias para contribuir com seus países e economias, agravando a situação já desesperadora de milhões de crianças e suas famílias.

O direito da criança à educação não pode ser salvaguardado em zonas de conflito sem que a própria educação seja protegida. A educação pode salvar vidas. Fora da escola, as crianças são alvos fáceis de abuso, exploração e recrutamento por forças e grupos armados. A escola fornece um espaço seguro onde as crianças podem ser protegidas de ameaças e crises. É também um passo crítico para quebrar o ciclo da crise e reduzir a probabilidade de conflitos futuros.

A [Declaração de Escolas Seguras](#)

Em 2015, os governos da Noruega e da Argentina lideraram um processo entre os Estados Membros das Nações Unidas (ONU) para desenvolver a Declaração de Escolas Seguras, um acordo político intergovernamental dedicado à proteção da educação em conflitos armados.

A Declaração descreve um conjunto de compromissos para fortalecer a proteção da educação contra ataques e restringir o uso de escolas e universidades para fins militares. Procura garantir a continuidade da educação segura durante o conflito armado. A Declaração foi aberta para os países endossá-la na Primeira Conferência Internacional sobre Escolas Seguras em Oslo, Noruega, em maio de 2015.

Em março de 2017 a Argentina sediou a Segunda Conferência Internacional sobre Escolas Seguras, ampliando o desenvolvimento de uma comunidade global dedicada a proteger a educação em conflitos armados. Em maio de 2019 a Espanha sediou a Terceira Conferência Internacional sobre Escolas Seguras e, em outubro de 2021, a Nigéria sediou a Quarta Conferência.

Até o momento, 117 estados em todo o mundo aderiram a este acordo político internacional.

